



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MATO LEITÃO**  
PODER LEGISLATIVO

EXMA. SR. VEREADOR RONY STOHR PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES  
DE MATO LEITÃO/RS

As **COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO e EDUCAÇÃO, SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL** da Câmara de Vereadores de Mato Leitão, através de seus membros signatários, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, apresentam **PARECER TÉCNICO**, de assessoramento, contendo relatório, voto do relator e opinião conclusiva.

#### **I - Relatório**

O **PROJETO DE LEI Nº 084/2024**, de 30 de setembro de 2024, de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025.

Trata-se de proposição que objetiva fixar as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício do ano subsequente e orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

As metas e prioridades foram selecionadas, compatibilizando os programas e objetivos estabelecidos dentro do Plano Plurianual – PPA 2022/2025, na Lei nº 2.975, de 11.08.2021.

#### **II – Exame da Matéria**

Consoante art. 30, inciso I da Constituição Federal, compete aos Municípios legislar sobre os assuntos de interesse local, assim, o Poder Executivo possui competência para propor projeto de lei nos termos da matéria, que encaminha a esta Casa Legislativa.

No tocante à iniciativa, existe respaldo legal do Prefeito Municipal iniciar o Projeto de lei em comento, sendo assim, está conforme os ditames constitucionais e dispositivos da Lei Orgânica Municipal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MATO LEITÃO**  
**PODER LEGISLATIVO**

O presente projeto de lei exige prévia audiência pública, cujo requisito formal foi devidamente cumprido, pois a LDO foi apresentada e as propostas foram debatidas na Audiência Pública realizada em 26.09.2024, com participação popular e discussão dos planos, consoante art. 48, inciso I, § 1º da LC 101/2000.

**III - Voto do Relator(es)**

Quanto à forma, o Projeto de Lei em epígrafe está apto à discussão e votação, eis que obedece a técnica legislativa, conforme a Lei Complementar nº 95, de 26.02.1998, e a Lei Complementar nº 107, de 26.04.2001.

Quanto ao mérito o Projeto de Lei apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal constitui matéria de iniciativa privativa do Poder Executivo, em plena sintonia com os preceitos da CF/88 e dispositivos da Lei Orgânica Municipal.

A competência constitucional e orgânica atribui ao Poder Executivo a prerrogativa da organização e do funcionamento da Administração Pública (Art. 54, VI, da Lei Orgânica Municipal), como gestor do patrimônio, prestação e disponibilização dos serviços públicos.

Logo, ao Poder Legislativo resta examinar aspectos, como: a legalidade, a oportunidade, interesse público envolvido, entre outros.

Consideramos que esse projeto atende os requisitos de conveniência, oportunidade, interesse público, bem como os preceitos constitucionais de legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, pelo que OPINAMOS pela sua aprovação.

Câmara de Vereadores de Mato Leitão, RS, 11 de outubro de 2024.

  
**EMERSON LUIS KIRCH**

Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

  
**OSMAR RENÉ BICK**

Relator da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas

  
**MARCELA MACHRY EGGERS**

Relator da Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento

  
**GUSTAVO KIST MALDANER**

Relatora da Comissão de Educação, Saúde e Bem Estar Social





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MATO LEITÃO**  
PODER LEGISLATIVO

**OPINIÃO CONCLUSIVA**

Os Vereadores das **COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO e EDUCAÇÃO, SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL** em reunião realizada no dia 22 de outubro de 2024 opinaram de forma unânime, pela discussão e votação em Plenário do Projeto de Lei nº 084/2024 de 30.09.2024.

Presentes os Vereadores Presidentes, Vice-Presidentes e Vereadores Relatores, componentes das Comissão e que a este parecer subscrevem.

Câmara de Vereadores de Mato Leitão, RS, 22 de outubro de 2024.

  
**EMERSON LUIS KIRCH**

Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final  
Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento

  
**MARCELA MACHRY EGGERS**

Presidente da Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento  
Vice-Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final  
Relator da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas

  
**GUSTAVO KIST MALDANER**

Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Bem Estar Social  
Relatora da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

  
**OSMAR RENÉ BICK**

Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas  
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Bem Estar Social  
Relator da Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento

  
**JOSÉ ELISEU RODRIGUES DA SILVA**

Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas

  
**CLAIR BERNARDETE KONRAD SELL**

Relatora da Comissão de Educação, Saúde e Bem Estar Social



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MATO LEITÃO**  
PODER LEGISLATIVO

**PARECER JURÍDICO**

Objeto: **Projeto de Lei sob nº 084, de 30.09.2024**

Autoria: Poder Executivo Municipal

Ementa: "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2025"

O projeto em comento segue acompanhado com a devida justificativa.

A presente propositura está em consonância com o disposto no art. 30, da Lei Orgânica Municipal, que trata da competência do Poder Legislativo Municipal, em legislar sobre a referida matéria.

Nesse tocante, a proposta encontra respaldo no Regimento Interno, que trata das proposições das matérias sujeitas à apreciação da Casa Legislativa.

Quanto a formalidade linguística, a pretensão é adequada, visto que redigida de maneira clara, disposto na Lei Complementar nº 95/1998 e das alterações trazidas pela Lei Complementar nº 107/2001.

**Desta forma**, não há impedimento legal à discussão do Projeto de Lei em apreço, visto que os requisitos legais e formais foram devidamente cumpridos, estando, portanto, **apto** para tramitar nessa Casa Legislativa, na forma do seu Regimento Interno e da Lei Orgânica do nosso Município.

No que tange ao mérito, este caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer

  
**LIZIANE BEATRIZ HESSLER**  
OAB/RS nº 117405  
Assessora Jurídica do Legislativo